

# APRESENTAÇÃO

<https://doi.org/10.22395/seec.v22n50a1>

Esta edição especial da *Semestre Económico* apresenta oito artigos de pesquisadores do Brasil, que ajudam a traçar um panorama amplo da economia desse país nos últimos vinte anos.

Os trabalhos aqui reunidos percorrem as diversas temáticas, os problemas e os desafios que o Brasil enfrenta hoje: neoliberalização; financeirização; especulação fundiária e imobiliária; dependência em relação à exportação de *commodities*; reprimarização da pauta de exportações; desindustrialização; conflitos por acesso à terra; desigualdades regionais; carências de suporte de infraestrutura e disjuntivas contraditórias quanto às opções de tributação no específico federalismo brasileiro, em sua escala subnacional.

Espera-se que os resultados de pesquisas aqui publicados possam contribuir para a análise das especificidades do país, mas também abram caminhos para o exame minucioso das recorrências e possíveis generalizações relativas. Espera-se também estimular estudos comparativos em relação a cada uma das economias nacionais latino-americanas e possibilitar uma leitura de conjunto mais acurada da economia desse continente.

O artigo que abre esta edição apresenta um panorama das interpretações que buscam analisar e comparar os diversos capitalismos, com ênfase nos casos periféricos, a partir do que chamam de **patrimônio acadêmico histórico-estruturalista latino-americano**, que requereria, segundo os autores, atualização. São analisadas as experimentações regulatórias e de políticas macroeconômicas em três diferentes coalizões governamentais que estiveram à frente do Estado brasileiro em um período de 23 anos, de 1995 a 2018. O artigo defende que se realizaram opções neoliberalizantes, em grande parte contra a autonomia e a soberania nacionais, em um ambiente político de frágil democracia, que agora parece colapsada.

O segundo artigo analisa as interdependências entre a financeirização e a espacialidade no subdesenvolvimento e ressalta a hegemonia financeira e a produção do espaço no Brasil, além de destacar a subsunção do ambiente construído pelo processo de financeirização. A partir do resgate do estatuto periférico, busca construir um diálogo mediado com a agenda internacional de pesquisa dedicada ao problema espacial. A financeirização é vista nesse artigo não como uma mera proeminência quantitativa do setor financeiro em relação às demais atividades eco-

nômicas, mas como um estágio hegemônico pelo capital portador de juros, em que há uma associação totalizante das formas juros, lucros e rendas. Também discute as rodadas de reformulação do aparato regulatório e de busca por apropriação dos fundos públicos.

O terceiro artigo discute a economia urbana brasileira, sua dinâmica imobiliária, as rendas fundiárias urbanas e as transformações nos mercados de terras. Analisa as particularidades históricas do capital incorporador como agente crucial para o exame da espacialidade urbana diante das transformações do capitalismo contemporâneo e busca contribuir para a construção de uma economia política da cidade. Afirma que a terra e os bens imobiliários, como toda e qualquer forma de riqueza, passam a ser atravessados pelas lógicas financeiras. Assim, torna-se importante buscar a correta apreensão do conceito de capital financeiro ou de financeirização da riqueza no capitalismo contemporâneo para que não se banalize um conceito com mais de cem anos de história e que vem sendo utilizado de maneira indiscriminada, inclusive ao fazer referência à financeirização do espaço antes de explorar de modo aprofundado os fluxos que alimentam os juros a partir das rendas da terra em particular e das rendas imobiliárias em geral.

O quarto artigo discute o aumento dos preços e suas relações com os processos de financeirização das *commodities* agrícolas. A partir da compreensão da economia do agronegócio como frente de acumulação, busca estabelecer de modo exploratório as devidas relações com o pacto político existente e o agravamento dos conflitos agrários, territoriais e de luta pela terra no Brasil. Nesse artigo foi observada uma dinâmica vinculada aos mecanismos e lógicas de operação dos mercados financeiros e, por conseguinte, uma **corrida por terras** por parte dos capitais estrangeiros, em um contexto geoeconômico e geopolítico impactado pela forte demanda chinesa de matérias primas, insumos e alimentos.

O quinto artigo examina o processo de desindustrialização no Brasil. Parte da proposta de periodização da economia brasileira contemporânea em cinco momentos: início de reversão (1999-2002); recuperação do crescimento (2003-2006); aceleração do crescimento (2007-2010); desaceleração (2011-2014) e crise econômica (2015-2017). O trabalho levanta a hipótese de desindustrialização absoluta no Brasil, principalmente a partir da segunda década do século XXI, quando o país entra no ciclo da desaceleração e, posteriormente, em profunda crise econômica e institucional. Os resultados apontaram uma grande queda da produção industrial e um baixo dinamismo do Produto Interno Bruto, sendo que os setores de bens de capital e bens de consumo duráveis foram os mais afetados, com reduções expressivas, em face da **grande recessão**.

O sexto artigo investiga o processo de desconcentração regional das atividades industriais, que ocorrem em ambiente de desindustrialização. Outro importante resultado da pesquisa é que essa desconcentração, nas duas últimas décadas, é verificada sobretudo nos ramos de atividade pouco intensivos em tecnologia e conhecimento, com baixa produtividade e mais atrelados a setores voltados para o processamento de recursos naturais e intensivos em mão de obra e com persistente dificuldade em elevar os níveis de produtividade média do trabalho. A partir de meados dos anos 1990, o processo de desindustrialização consubstanciou-se em quebra de elos que conectavam as economias regionais ao mercado nacional e caracterizavam uma trajetória de desconcentração do tipo espúria. Instala-se um padrão regressivo da indústria, que tem seu início e epicentro na região mais desenvolvida, mas que se propaga regionalmente, com efeitos de manutenção e agravamento das já históricas características de heterogeneidade estrutural.

O sétimo artigo analisa o setor elétrico brasileiro discorrendo sobre suas profundas transformações a partir da década de 1990, em meio à crise fiscal e financeira do Estado e da economia brasileira na década anterior. Discute os resultados das reformas liberais das décadas de 1990 e 2000, e passa pelas diversas rodadas de neoliberalização, até a atual proposta de privatização da Eletrobrás, a partir de 2017. As reformas orientadas ao mercado engendraram a criação e a atuação de novos agentes setoriais e, com isso, revelaram o vínculo desse setor com a inserção internacional do país, relacionada à exportação de *commodities* e à financeirização, o que pode ser visualizado pela análise da cadeia societária das hidrelétricas.

O oitavo e último artigo aborda o importante tema do papel das escalas subnacionais no contexto das estratégias de desenvolvimento nacional, com importantes implicações para as dinâmicas regionais da economia brasileira. A Lei Kandir foi criada com o objetivo de aumentar a competitividade das exportações brasileiras no mercado internacional ao isentar de tributação estadual a produção destinada ao mercado internacional. Desse modo, resultou em renúncia fiscal por parte de algumas unidades da federação. Ainda que o governo federal tenha criado mecanismos de compensação, estes não têm alcançado níveis que de fato cubram as perdas resultantes da desoneração. Por fim, destaca-se que a busca por um regime federativo mais harmônico entre os entes federados demandará uma reflexão sobre o papel das escalas subnacionais nas estratégias de desenvolvimento.

Consideramos que os diversos artigos aqui publicados acabaram resultando em um conjunto com alguma coerência que permite formular importantes questões so-

bre os problemas atuais da economia brasileira. Espera-se que estes estudos possam lançar luz sobre os problemas concretos das economias latino-americanas e ampliar a possibilidade de diálogos entre nossos espaços acadêmicos e de formulação de políticas públicas.

Carlos Antônio Brandão e Hipólita Siqueira  
*Editores convidados*